

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Marutschka Martini Moesch

Boletim Gaúcho de Geografia, 20: 51-55, dez., 1995.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38036/24539>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - dez., 1995

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO CURRICULAR E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Marutschka Martini Moesch *

O eixo norteador da política educacional da SMED/Administração Popular é a Gestão Democrática. A Gestão Democrática é compreendida como um processo global de democratização e desprivatização do Estado, de auto-organização da sociedade, de construção da cidadania nas diferentes instâncias da cidade, articulada com a busca permanente – individual e coletiva – de uma qualidade de ensino, portanto de uma Escola Cidadã.

O processo de desprivatização do Estado deve alimentar a auto-organização da sociedade civil, através da socialização de informações e da descentralização do poder de decisão, visando à formação de uma cultura democrática real e de sujeitos políticos que construam, no presente, as bases de uma sociedade democrática de fato.

A formação de uma cultura democrática passa pela possibilidade concreta da participação na construção e na gestão da cidade. A cidade, hoje, diante da universalização das relações econômicas integrativas das nações, assume um novo papel na gestão descentralizada da sociedade, pois é um espaço possibilitador de processos de singularização. Processo de singularização que capta

(...) os elementos da situação, que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível de segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos. A partir do momento em que grupos adquirem essa liberdade de viver seus processos, eles passam a ter uma capacidade de ler sua própria situação e aquilo que se passa em torno deles. Essa capacidade é que vai lhe dar um mínimo de possibilidade de criação e permitir preservar exatamente esse caráter de autonomia tão importante (GUATARI, 1986; p.46).

Esses processos de singularização possibilitam relações mais diretas, menos burocratizada, vinculadas à ação dos governos locais. Portanto, transcorrem no espaço local de moradia, trabalho, ensino.

A cidade de Porto Alegre vive, através do Orçamento Participativo, um processo de participação real que assegura o caráter democrático e popular do governo local – AP. Através do Orçamento Participativo, a participação popular deixa de ser um discurso unificador de caráter consensual, por ser abstrato e geral, limitado pelos interesses conservadores das elites ou do Estado como bem conhecemos (PINTO, 1994; p.10). Estabelece-se uma ressignificação do processo de participação, constituída através do poder público municipal. A participação passa a ser um processo político, de não-neutralidade, de explicitação das diferenças dos diversos segmentos sociais e de organização destes segmentos. A cidade transforma-se num palco, historicamente constituído, que possibilita o desenrolar de práticas renovadas de participação. Portanto, de autonomias, conseqüentemente, de recriação do viver de seus cidadãos, expressões coletivas de desejos.

O desdobramento dessa vontade política, de ressignificar o processo participativo, viabiliza-se, na

Educação, pelo projeto de Gestão Democrática (DDE/SMED, 1993), da SMED/POA.

O Projeto de Gestão Democrática tem como pressupostos a concepção de que a Gestão Democrática só se concretiza através de participação efetiva da sociedade civil; que a cidadania expressa-se, também, pela vontade política efetiva da construção de novos atores sociais, portanto, rendendo o indivíduo alienado e transformando-o em sujeito social público, ou seja, em cidadão.

A instituição escolar é concebida neste projeto como um "espaço privilegiado da prática da participação, da socialização do poder de decisão, de respeito à pluralidade" detendo, neste momento histórico, as condições de desenvolver a vontade política gestada nas lutas populares, na sociedade civil organizada e por todos aqueles que querem construir uma sociedade realmente democrática, justa e solidária.

A democracia, na escola pública, requer uma transformação efetiva das relações burocráticas internas, quanto aos seus recursos humanos, físicos e materiais, e quanto a sua organização para o seu melhor gerenciamento. A escola pública municipal é uma instituição que deve, sempre, estar a serviço da vontade popular garantindo uma Educação de qualidade, o acesso e a permanência das classes populares.

A escola pública municipal faz parte do sistema de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, que faz parte de um conjunto maior da Administração Municipal em constante interação, possuindo, cada um deles, especificidades, mas todos com uma finalidade comum, ou seja, a gestão democrática da cidade de Porto Alegre.

Estes pressupostos caracterizam-se através de inúmeras ações constitucionais que vem desenvolvendo um trabalho político pedagógico com as escolas regulares, infantis especiais e o SEJA reafirmando e efetivando os princípios anteriormente propostos, por entender a relevância do espaço institucional escolar, o qual congrega as forças vivas da sociedade, com todas suas contradições, advindas desta mesma sociedade.

Explicitar as relações de poder existentes entre a Sociedade Civil e o Estado: a Administração Popular, como um processo de organização popular necessária para o não retrocesso político desta mesma população envolvida, materializa-se pela descentralização administrativa e pedagógica.

Clarear que as conquistas políticas só se mantêm pela tomada de consciência da sociedade civil e pelo controle destas instituições, por onde o poder se concretiza, tal como a escola, torna-se objetivo constante dos assessores em seu trabalho, desenvolvido junto a educadores como os pais, funcionários e alunos.

O processo metodológico adotado, tendo como eixo principal a organização da sociedade civil – aqui representada pela comunidade escolar – propõe, como etapa da construção da cidadania, o aprendizado de formas de organização e intervenção desta parcela da população, permitindo-lhe a participação efetiva na gestão do poder público.

Todo o poder incide em tomada de decisões e avaliação de cada decisão inter-relacionada, bem como na viabilidade de realização da decisão tomada e na definição de responsabilidades.

A escola pública que vem lutando historicamente para ser um espaço democrático de fato, também precisa definir, ela própria, seus objetivos, suas formas de administração e gerência, como a aplicação de seus recursos, neste processo de democratização da vida escolar.

A escola atual está inscrita num sistema educacional burocratizado, centralizador e diretivo. Também é ela uma instituição burocrática, impedindo iniciativas participativas, ou desestimulando-as, ou ainda, não dando o devido apoio.

Como romper com esta prática institucional? Como garantir que a participação se efetive, dentro do próprio sistema educacional, nos diferentes níveis? Não é fácil quebrar essa organização burocrática. Portanto, alternativas que possibilitem a participação da comunidade escolar não podem permanecer desorganizadas e espontâneas. Torna-se necessário organizá-las e bem.

"Entendemos que a autonomia das escolas refere-se à garantia de que estas integradas a partir de seus conselhos escolares deliberem sobre o ensino, a educação em curso em sua abrangência" (SMED, 1993).

Para isso é necessário que tenham as informações globalizadas, que possam tomar decisões abrangentes sobre o educacional de sua responsabilidade, que tenham condições de discutir coletivamente seus problemas e necessidades tomando decisões viáveis de realização.

Para a SMED, a participação tem como pressuposto fundamental o fazer parte, estar dentro, interfe-

rir de forma ativa na realidade social. Partilhar o poder e as decisões. Mas, em razão dos diferentes interesses presentes numa realidade escolar, a participação tem que ser conquistada, pois ela é conflitiva e por isso implica em luta entre os diferentes grupos desta realidade escolar e social. Portanto, garantir este processo de gestão democrática é admitir o conflito, é saber que o poder está em questão, é criar opções, é participar de fato.

Na medida em que a comunidade escolar decide, escolhe, planeja e executa, o grupo se responsabiliza por seus atos e tende a realizá-los com maior perfeição. Consequentemente, a comunidade é levada a tomar consciência de suas necessidades e problemas, dialogar sobre elas para descobrir a melhor solução, com criatividade e responsabilidade. Toda a comunidade decidindo, atuando, garante em grande parte a realização do decidido, inclusive junto aos órgãos responsáveis da SMED, diminuindo o risco de descontinuidade administrativa decorrente do próprio sistema, podendo, inclusive, pressionar os administradores a cumprirem a vontade pública.

Uma outra vantagem da participação reside na ação dialógica que as caracteriza. Da discussão, da negociação, das trocas virá a canalização positiva dos interesses diferenciados, canalizando os conflitos de interesses, fazendo predominar, efetivamente, o consenso comum. Com isso, ampliam-se as raízes do trabalho participativo, fortalecendo o foco decisório e garantindo um processo educativo mais contínuo, eficiente, consciente e permanente. Constrói-se a identidade da Escola Cidadã, articulada às transformações deste final de século. A eleição de diretores, de forma direta, e a implantação dos Conselhos Escolares, os quais possuem o caráter deliberativo sobre o projeto político-administrativo-pedagógico de cada unidade escolar, composto pelo segmento de alunos, pais, funcionários, professores e direção, legitimam as práticas democráticas existentes na construção da autonomia da escola. A relação de poder, no interior da escola municipal, foi ressignificada através das atribuições dos Conselhos Escolares.

Essas atribuições alteram condutas individuais, ou de alguns segmentos, transformando-os em práticas coletivas, pois a comunidade escolar questionou a *apropriação* da escola por estes segmentos explicitando, assim, os conflitos construídos pela discussão, pela participação. O projeto *Constituinte Escolar* (SMED, 1993) articulou o trabalho desenvolvido na implantação dos Conselhos Escolares, em toda a rede municipal, com as discussões estabelecidas no interior das escolas, em 1994, sobre "A escola que temos, a escola que queremos e como chegar à escola que queremos". Reflexões coletivas, de um fazer coletivo, criativo, perpassado por diferenças de concepções, de escolas, de currículo, de conhecimento, gestão e cidadania.

O desdobramento do terceiro eixo, *como chegar à escola que queremos*, possibilitou a indicação e implantação de quatro fases de trabalho entre o ano de 1994 e 1995.

- 1ª fase: Organização de grupos temáticos nas escolas com o objetivo de estudar, discutir e analisar concepções de Gestão Democrática, Currículo, Avaliação e Princípios de Convivência.
- 2ª fase: Encontros Regionais para discutir e propor teses sobre os temas estudados.
- 3ª fase: Congresso Constituinte para deliberar sobre princípios gerais que deverão estar contidos nos regimentos escolares.
- 4ª fase: Construção de Regimentos Escolares, instrumento legal que garante os avanços do processo coletivo de construção da Escola Cidadã (fase em desenvolvimento).

A relação, entre os processos metodológicos que garantem a participação e o currículo escolar, é o grande desafio que está posto aos educadores da rede municipal, pois todo este processo incidirá diretamente sobre as relações de poder circulantes no espaço escolar. Os educadores deverão demonstrar claramente o sentido de sua prática, precisamente o seu sentido político: para quem e para que trabalham, para quem e para que educam. Questões que levam diretamente à discussão da produção ou transmissão do conhecimento escolar, da existência ou não de práticas curriculares integradoras ou fragmentárias.

Ao analisar questões relacionadas à produção do conhecimento escolar, "é preciso superar a idéia de que o conhecimento escolar consiste em uma simplificação do conhecimento científico" (SANTOS, 1994; p.8). Esta concepção também garante a fragmentação na transmissão do conhecimento estabelecido pelo currículo escolar, dicotomizando os diferentes saberes e conhecimentos possíveis, como constituindo o conteúdo construtivo do processo educacional. Superar esta concepção faz parte do processo de construção da identidade da escola cidadã. Contemplar o entendimento do conhecimento como um processo humano, histórico, incessante, de busca de compreensão, de organização, de trans-

formação do mundo vivido e sempre provisório tem origem na prática do homem e nos processos de transformação da natureza. É, também, uma ação humana atrelada ao desejo de saber. Só o homem, por ser pensante, pode ser sujeito: somente ele pode desejar a mudança, porque só a ele lhe falta a plenitude.

O que possibilita a construção do conhecimento, nesse movimento de abertura em busca do novo, é, sem dúvida, o conhecimento de que somos seres falantes. *É nesse movimento que se instaura o desejo de aprender* (SMED, 1994). Desejo que deve ser entendido como efetivo processo de reconstrução do conhecimento: científico, cultural, social, tendo como base a experiência cotidiana dos sujeitos aprendizes onde seus diferenciados saberes interagem.

Considerar o conhecimento e seu processo de elaboração e apropriação como uma relação significativa aos sujeitos aprendizes, requer a compreensão da teoria dialética do conhecimento, pois esta elaboração/apropriação constrói-se através de mediações, onde não há saber definitivo, absoluto, sagrado. As contradições existentes, entre os diferentes saberes, sustenta a ação pedagógica. É a força matriz para a superação de visão curricular estanque, da transposição didática fragmentária e simplificada.

A organização curricular expressa uma teoria do conhecimento, uma concepção filosófica e uma prática pedagógica. O currículo concretiza a concepção de educação da instituição escolar, portanto, sua forma de interação com a sociedade, com a comunidade, com a cidade. O currículo deve ser a ação, também, das concepções metodológicas de participação. Portanto, o currículo escolar não deve ser reduzido a grades curriculares, listagem de conteúdos, mecanismos avaliativos, normas de condutas e punições, conteúdos explicitados nos regimentos de cada escola. O currículo escolar não deve ser apreendido apenas, em sua organização curricular, na extrema valorização cognitiva, dimensões burocráticas e preestabelecidas, por vezes autoritárias, que desconsideram a participação dos educadores, alunos e comunidade. O currículo oculto, o currículo nulo existente em todas as instituições escolares, também expressa saberes, conhecimentos, critérios éticos e morais.

Alterar as práticas curriculares existentes, que discriminam, excluem, reduzem, dominam, requer alterar a organização curricular existente.

Garantir a democratização das relações na escola e na sala de aula, possibilitar a relação entre conhecimento e realidade, pressupor a interação entre currículo e realidade, influenciando-se mutuamente, redimensiona a prática pedagógica, envolve o educador na construção, onde a reconstrução do currículo determina uma relação dialética entre a realidade local e o contexto mais amplo, onde a cidadania se concretiza, estabelece-se uma relação dialógica entre os sujeitos faltantes que participam do processo educativo. A atitude interdisciplinar deve estabelecer, então, uma nova relação entre currículo, conhecimento e realidade.

O currículo da Escola Cidadã deve garantir o trabalho coletivo e participativo, a criação, a recriação de saberes, a explicação do conflito e das diferenças, a unidade entre a reflexão e a ação educativa, criando, assim, alternativas para a conquista da cidadania, tanto do educador, como do educando: organização curricular que garanta a inter-relação entre as práticas pedagógicas e a sociedade mais ampla. Para tanto, não é suficiente que o conhecimento da realidade do aluno e da comunidade na qual vive se dê unicamente na sala de aula.

Os esforços desenvolvidos pela Prefeitura Municipal – Administração Popular, através dos projetos ligados ao desenvolvimento econômico, assistência social, segurança no trânsito, descentralização e produção cultural, resgata a preservação da memória da cidade. Programas de esporte, lazer e recreação, reassentamentos habitacionais, educação ambiental (Arroio não é valão, Projeto Dilúvio, Coleta Seletiva de Lixo, Hortas Comunitárias, Plantio Comunitário), saúde escolar e comunitária, assessoria a políticas públicas da mulher, apoio à cultura popular do carnaval, do esporte amador, dos movimentos nativistas regionais e das diferentes religiões demonstram a acentuação do caráter social profundamente popular do governo da Administração Popular, transbordando conhecimentos culturais, sociais, científicos.

É fundamental que a escola, ao construir e desenvolver seu projeto político-pedagógico, tome a comunidade, a cidade, o poder local, e a sociedade como objeto de investigação. É fundamental, também, que os representantes da comunidade estejam presentes na escola discutindo, elaborando e decidindo sobre o trabalho, o que pode permitir aos pais, funcionários, alunos, educadores, se aprimorarem coletivamente do conjunto da experiência educacional como forma de construção da qualidade do ensino.

no e da democracia escolar, estabelecendo uma relação dialógica entre aquilo que o educando e os pais trazem em sua bagagem e a práxis dos profissionais da educação.

Participação que contribui e contribuirá, ainda mais, na referência criada em Porto Alegre, como a capital democrática e participativa, referência construída através do Orçamento Participativo, da *Cidade Constituinte* e de ações transparentes, competentes do governo local dando credibilidade ao programa de cunho profundamente popular, em desenvolvimento, o qual coloca, em disputa, a hegemonia aqui construída.

Buscamos, assim, uma elaboração coletiva de propostas político-pedagógicas-críticas, pluralistas e inovadoras, não dogmáticas – eficazes tanto na construção e reconstrução do conhecimento, como também na construção de novas relações de poder, no espaço imediato de trabalho, pondo fim à tutela dos assessores técnicos dos órgãos centrais da administração municipal sobre as comunidades, bem como da tutela das elites sobre setores que não tinham em seu entendimento tradição e possibilidade de organização.

Este aprendizado implica no exercício de novas relações interpessoais, profissionais e institucionais que superam o autoritarismo e permitam a construção de relações democráticas entre todos os envolvidos na organização da escola e na produção do conhecimento: alunos, profissionais de educação, famílias, comunidade e governo local, compondo uma nova ética nas relações sociais, culturais e profissionais para construir uma nova estética na práxis social.

Desta forma a Eleição de Diretores, os Conselhos Escolares e a Constituinte Escolar são práticas cotidianas que possibilitam a formação de sujeitos capazes de tomar decisões e em condições de intervir e transformar a realidade da escola, da comunidade e da cidade de Porto Alegre, concretizando o exercício da sua cidadania.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação de um governo popular disputar projetos político-pedagógicos que garantam novas iniciativas, ampliando os limites impostos pela dinâmica da realidade conflitiva que vivemos, uma maioria social em torno da construção da Escola Cidadã, de cunho profundamente popular, de caráter modernizante, não excludente, aberta à cidadania permanentemente.

- DDE/SMED. *Projeto Gestão Democrática*. Porto Alegre, 1993.
 FAZENDA, Ivani. *Integração e Interdisciplinaridade no ensino brasileiro*. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.
 GRAMSCI, Antônio. Formação de intelectuais. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Livraria Martins Fontes editora, 1978.
 _____. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1986.
 GUATARI, Félix et. *Micropolítica – Cartografias do desejo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.
 JARA, Oscar. *Concepção dialética da educação popular*. Grupo, 1986.
 KAUFMAN, B.A. Piaget, Marx e a ideologia política da escolarização. *Educação e realidade*. Porto Alegre: 18(1): 81-100, jan-jun, 1993.
 KUENZER, A. Z. O trabalho como princípio educativo. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: (68): 21-28, fevereiro, 1989.
 MANFREDI, S. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de A Gramsci. in: *Educação popular no Brasil*.
 MOESCH, Maruschka. *Atribuições do conselho escolar*. Seminário sobre implantação dos conselhos escolares. SMED/POA, 1993.
 PINTO, J.B. Planejamento participativo e escola cidadã. *Paixão de Aprender*. POA: 7:6-19, junho, 1994.
 _____. Planejamento e Escolaridade. *Revista Paixão de Aprender*. POA: nº 7, junho/1994.
 SANTIAGO, A.R.F. Projeto pedagógico, cultura popular e compromisso político. *Contexto e educação*. Ijuí: volume V, nº 18, Ed. Unijuí, abril/junho, 1990.
 SANTOS, Lucila. Um currículo para a escola cidadã. *Revista Paixão de aprender*. Porto Alegre: PMPA, novembro, 1994, nº 8, p.8.
 SILVA, T.T da. Desconstruindo o construtivismo pedagógico. *Educação e realidade*. Porto Alegre: 18(2): 3-10, jul./dez. 1993.
 SMED. *Projeto Constituinte Escolar e supervisão educação*. Porto Alegre: 1993.
 _____. *Concepção Currículo – Doc.* Coordenação Multidisciplinar. Porto Alegre: SMED, 1994.

Documentos

- EDUCAÇÃO PARA UM BRASIL CIDADÃO: 2º Encontro nacional de educadores do PT. São Paulo, julho, 1992.
 PROJETO GESTÃO DEMOCRÁTICA Nº 1: Lei complementar nº 292, Porto Alegre: julho, 1993.
 PLANEJAMENTO INSTRUMENTO DE MOBILIZAÇÃO POPULAR: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, São Paulo, agosto, 1992.
 PLANEJAMENTO TECNOCRÁTICO OU PARTICIPATIVO: Diferença de estilo ou substância? Seno Cornely, s/d.
 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO – Documento elaborado pela coordenação multidisciplinar, SMED, maio/94.
 PENSANDO GLOBALMENTE. AGINDO LOCALMENTE. Esboço para o debate em Columbus – Ohio – Tarso Genro, 1994.
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES, ADMINISTRAÇÃO POPULAR. Tarso Genro. prefeito municipal de Porto Alegre, 1994.
 CADERNOS PEDAGÓGICOS. Secretaria Municipal de Educação, maio, 1995. A constituinte escolar.

* Professora na rede municipal de ensino de Porto Alegre (SMED/PA).